

29 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Cartórios vão ajudar na solução de conflitos

**Estimativa do Ministério da Justiça
aponta que 60% dos processos
que tramitam hoje no Judiciário seriam
passíveis de mediação**

Antoniele Luciano
Reportagem Local

A partir de dezembro ficará mais fácil resolver conflitos que ainda não estão sob litígio judicial. A Lei da Mediação (13.140), sancionada em junho, possibilita que cartórios sejam uma alternativa na solução consensual de problemas do dia a dia. A gama de conflitos pode incluir, por exemplo, um acidente de carro com apenas danos materiais ou um contrato imobiliário. Estimativa do Ministério da Justiça apontam que 60% dos processos que tramitam hoje pelo Judiciário seriam passíveis de mediação.

Tubelião substituto da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), Rodrigo Bittencourt Franceschi avalia a medida como benéfica para a sociedade, sobretudo em casos corriqueiros, como num contrato de aluguel em que o inquilino não quer deixar o imóvel. "É algo muito válido para ações que podem ser resolvidas com uma conversa. O acordo que é feito em cartório terá efeito de coisa julgada", explica ele, ao assinalar que uma série de paí-

ses desenvolvidos já tem esta visão prática para a resolução de conflitos. A medida ajuda a evitar que novos processos sobrecarreguem a Justiça. "Além de rápido, é econômico para ambas as partes. A população já vai saber onde buscar isso", pontua.

Pela Lei da Mediação, ao resolver uma demanda extrajudicial em tabelionato, as partes poderão estar ou não representadas por advogado. Caso uma delas esteja, é imprescindível que a outra também esteja assistida. Já menores não poderão recorrer à mediação. "Há algumas ressalvas, mas ainda é um grande avanço esta lei. Os cartórios contam com estrutura para fazer este trabalho, mas devem se capacitar ainda", salienta Franceschi.

A capacitação para mediação e conciliação de conflitos por agentes de cartórios deve ser encabeçada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Apesar de a lei ter previsão de entrar em vigor em 180 dias, ainda não há detalhes sobre quando este treinamento deverá ocorrer.

Especialista em mediação e arbitragem, o membro da subseção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Oksandro Gonçalves

também argumenta que a nova legislação é positiva, mas que a capacitação dos agentes mediadores é fundamental para garantir uma boa aplicação do dispositivo. "O problema é criar lei sem estrutura. Os tribunais terão que investir bastante no preparo destes mediadores", afirma.

Gonçalves salienta que dentro desta perspectiva deve estar o treinamento para realmente incentivar, de forma imparcial, a resolução de conflitos. Ele observa ainda que mediar é diferente de conciliar, uma vez que implica em uma postura mais pró-ativa do agente. "Existe toda uma tradição no Direito brasileiro de que se não houver incentivo, as partes não vão querer fazer acordo. É uma cultura ainda presente nas faculdades, que agora que passaram a ter instituída a disciplina de mediação e arbitragem. Fomos talhados para o litígio, não para a preparar a composição", analisa.

Ele acredita, contudo, que mesmo com a possibilidade de resolver o problema sem um advogado em cartório, a presença deste profissional é importante para que não haja prejuízo futuro às partes.

CONTINUA

29 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Perfil para legitimar atos

Além da possibilidade de pacificação social, uma das maiores vantagens da abertura da mediação e conciliação aos cartórios é a capilaridade destes estabelecimentos. É o que defende o desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná Roberto Portugal Bacellar, especialista em soluções alternativas de conflitos. "Mais de 20 mil cartórios servindo de posto de atendimento para propiciar acesso à resolução adequada do conflito por meio da mediação. Os cartórios têm esse perfil. É preciso que os notários, registradores e seus auxiliares se capacitem cada vez mais para atender a essa demanda que surge com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil e da Lei de Mediação", sustenta.

Ele recorda que notários e registradores sempre foram "pessoas de confiança da população" para formalizar ou dar legitimidade a atos e que a legislação pode contribuir para uma mudança de cultura no País. "É preciso que se devolva às pessoas o poder que elas sempre tiveram de resolver os seus conflitos, independentemente do Poder Judiciário. Fala-se hoje em empoderamento e evito utilizar essa expressão. O Estado não tem que empoderar quem já tem poder. As câmaras privadas de resolução de conflitos, os cartórios e mesmo os centros judiciários de solução de conflitos dos tribunais, se bem organizados, quebrarão a cultura do litígio", defende.

De acordo com Bacellar, a conciliação e a mediação não podem ser só intuitivas. É preciso distinguir uma da outra para melhor aplicar cada um desses processos na prática. "A mediação é mais profunda, permite análises mais complexas, exige maior tempo, há de se ter muita paciência para identificar os verdadeiros interesses das pessoas, melhorar a comunicação e manter relacionamentos. Já a conciliação é mais objetiva e procura em questões pontuais achar uma solução que seja aceitável pelas partes", explica. (A.L.)

CONTINUAÇÃO

"O advogado não estará lá para impedir um acordo, mas para alertar a parte sobre as consequências daquela decisão. Tudo vai levar a um acordo que será homologado e transformado em título. Quer dizer que a pessoa estará obrigada a dar cumprimento àquilo depois", enfatiza o especialista.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Equipes guardam capacitação

Para a tabeliã Margarida Carris Fugiwara, de Londrina, ainda faltam informações sobre como vai funcionar o trabalho de mediação nos cartórios. Ela acrescentou que aguarda detalhes para que a equipe passe por capacitação para a nova função. E diz que, desde que casos de inventários e divórcios consensuais foram autorizados a serem resolvidos em cartório, a comunidade tem buscado bastante o tabelionato para questões cotidianas.

A tendência agora é que os agentes atuem na área em que mais dominam e que aproveitem seus conhecimentos para ajudar as partes a chegarem num acordo para ambos os lados. "Ainda não sabemos como vai funcionar, mas tudo que é no começo é mais devagar. Vai um tempo até a população tomar conhecimento e começar a nos procurar para este trabalho", afirma Margarida.

De acordo com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg), o curso sob responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos agentes de cartórios e tabelionatos deve prever exercícios simulados e estágios supervisionados em dez conciliações e em dez mediações de casos reais.

29 JUL 2015

A Lei da Mediação segue em conformidade com as diretrizes do CNJ. Desde 2006, o conselho organiza uma mobilização em prol da conciliação, que originou a Semana Nacional de Conciliação. (A.L.)



Vai um tempo até a população tomar conhecimento e começar a nos procurar para este trabalho", afirma a tabeliã Margarida Carris Fugiwara

29 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ex-funcionário fantasma da Cohapar é condenado

Loriane Comeli

Reportagem Local

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Emil Tomás Gonçalves, condenou por improbidade administrativa o ex-cargo comissionado da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) José Fabiano Panichi Hamzé e o ex-subgerente regional da companhia em Londrina Antonio Carlos Panichi, tio do primeiro.

José Fabiano, entre maio de 2004 e julho de 2006, durante o governo de Roberto Requião (PMDB), jamais compareceu para o trabalho. Pelo contrário, permanecia em Cambará, sua cidade natal, cujo prefeito era seu pai, Mamede Hamzé (já falecido), responsável por sua indicação ao cargo na Cohapar. Já Antonio Panichi, tio do "fantasma", foi condenado por não ter, de fato, fiscalizado se o sobrinho prestava serviços.

Em ação proposta em 2011, os promotores de Defesa do Patrimônio Público Renato de Lima Castro e Leila Schimitti apontaram prejuízo de R\$ 147,5 mil (valor corrigido até agosto de 2011). O salário de José Fabiano era de pouco mais de R\$ 2 mil.

Para o juiz, ficou demonstrado que José Fabiano "não prestou regularmente os serviços inerentes ao cargo comissionado para o qual foi nomeado". O então gerente regional da Cohapar Helvécio

Segantin chegou a dizer, perante o juiz, que "nunca viu José Fabiano nas dependências da companhia e, embora fosse o gerente regional, não sabe que atividades José Fabiano deveria cumprir, nem sabe se ele efetivamente prestou serviços à Cohapar".

O juiz ainda concluiu que o "fantasma" estava "formalmente sob a supervisão do subgerente (Antonio Panich) e, portanto, caberia a este fiscalizar, minimamente, se José Fabiano estava, de fato, exercendo as funções".

Em razão disso, o magistrado condenou os dois ao ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 147,5 mil, à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por oito anos e proibição de contratar com o poder público por 10 anos, além da multa civil no mesmo valor do ano.

O advogado de Panichi está de licença médica e o de José Fabiano disse que irá apelar ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. "Meu cliente efetivamente trabalhava. Não há nos autos provas robustas, suficientes para se condenar alguém. Vamos recorrer", disse Paulo César Lima Bastos.

29 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça derruba decisão do PMDB contra Romanelli

Edson Ferreira

Reportagem Local

O deputado estadual Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), líder do governador Beto Richa (PSDB) na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, conseguiu uma liminar na Justiça de Curitiba contra o seu partido e derrubou as resoluções que o afastavam da 2ª vice-presidência do PMDB. A executiva estadual do PMDB, que é ligada ao senador Roberto Requião, editou uma resolução em maio, que Romanelli julga ser direcionada a ele, determinando que qualquer filiado não poderia "ocupar cargos ou função de confiança relacionados direta ou indiretamente ao Governo do Estado do Paraná, enquanto comandado pelo PSDB".

Conforme a decisão do juiz de direito da 14ª vara cível de Curitiba, Erick Antonio Gomes, o deputado não teve o adequado direito de defesa, sendo que "sequer foi instaurado processo disciplinar junto a comissão de Ética" do partido. Romanelli, que já estava licenciado da executiva, disse que passou a ocupar a liderança do governo com o consentimento do partido. "Mas alguns membros da executiva não tem o espírito democrático", criticou.

Faz tempo que as diferenças entre os peemedebistas paranaenses deixaram de ser internas e esse episódio que tramita na Justiça é mais um capítulo. Na AL, o partido tem o líder do governo e também deputados de oposição, como Nereu Moura e Requião Filho. "Claro que esses desentendimentos prejudicam o PMDB", respondeu Romanelli.

A reportagem procurou o diretório estadual do PMDB, cujo presidente é o secretário de Relações Institucionais da Presidência da República, Rodrigo Rocha Loures, mas por meio da assessoria de imprensa a sigla informou que ainda não foi notificada da decisão liminar.

29 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Festerê

A APP-Sindicato não deixa por menos e celebra hoje natalício de Beto Richa no seu 50º aniversário, terceiro mês do massacre do Centro Cívico que, por sinal, breçou na Justiça, uma vez que o juiz acionado declarou-se incompetente com o que o processo deve se deslocar para a 5ª Vara da Fazenda Pública em que o governador, seu secretário de Segurança da época, mais os comandantes das polícias militar e civil são acusados de improbidade administrativa. Haverá comemoração com bolo - esse o tom bem humorado - no Centro Cívico e diante da residência do governador.

29 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

MPF colhe assinaturas para projeto anticorrupção

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – Procuradores do Ministério Público Federal (MPF), que atuam na Operação Lava Jato, lançaram uma campanha para colher assinaturas em todo o País para apoiar as dez medidas para combater a corrupção e a impunidade. O objetivo é conseguir coletar 1,5 milhão de assinaturas para apresentar um projeto de lei de iniciativa popular ao Congresso Nacional.

Conforme o MPF, as propostas sugerem alterações legislativas que buscam evitar o desvio de recursos públicos e garantir mais transparência e eficiência no trabalho do Ministério Público, com consequente reflexo no Poder Judiciário. A ideia é conseguir alguns resultados práticos, como por exemplo, agilizar a tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações criminais; instituir o teste de integridade para agentes públicos; criminalizar o enriquecimento ilícito; aumentar as penas para corrupção de altos valores; responsabilizar partidos políticos e criminalizar a prática do caixa 2; revisar o sistema recursal e as hipóteses de cabimento de habeas corpus; al-

terar o sistema de prescrição e instituir outras ferramentas para recuperação do dinheiro desviado.

Os interessados podem conferir a íntegra das medidas e a ficha de assinatura no site www.10medidas.mpf.mp.br. Além disso, o MPF informou que a população pode procurar a unidade do órgão mais próxima de seu domicílio para assinar a ficha de apoio ou imprimir a ficha a partir do site, coletar dados e assinaturas e depois entregar em uma sede do MPF ou enviar pelo correio para o endereço da Força-Tarefa Lava Jato na capital: Procuradoria da República no Paraná, Rua Marechal Deodoro, 933 - Centro, Cep 80060-010 - Curitiba/PR.

29 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça abre ação contra Odebrecht e mais 12

Fausto Macedo,
Mateus Coutinho e
Julia Affonso
Agência Estado

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, abriu ontem ação penal contra o empresário Marcelo Bahia Odebrecht, presidente da Construtora Odebrecht, e mais 12 investigados por corrupção e lavagem de dinheiro. Moro também recebeu denúncia do Ministério Público Federal contra executivos ligados à maior empreiteira do País - Marcio Faria da Silva, Rogério Araujo, César Ramos Rocha e Alexandrino de Salles Ramos de Alencar, Paulo Boghossian -, o doleiro Alberto Youssef, o operador de propinas Bernardo Freiburghaus, os ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa (Abastecimento) e Renato Duque (Serviço), o ex-gerente de Engenharia estatal Pedro Barusco e o funcionário da companhia Celso Araripe D'Oliveira.

“Marcelo Bahia Odebrecht seria o Presidente da holding do Grupo Odebrecht e estaria envolvido diretamente na prática dos crimes, orientando a atuação dos demais, o que estaria evidenciado principalmente por mensagens a eles dirigidas e anotações

pessoais, apreendidas no curso das investigações”, diz Moro.

Esta é a primeira ação penal contra Marcelo Odebrecht preso desde 19 de junho. A empreiteira nega envolvimento com o cartel instalado na Petrobras e pagamento de propinas.

A Operação Erga Omnes, que teve como alvos os executivos da Odebrecht e Andrade Gutierrez, é um desdobramento da Operação Juízo Final, de 14 de novembro de 2014. Na ocasião foram denunciados os executivos do primeiro pacote de investigados do núcleo empresarial do esquema de corrupção na Petrobras.

29 JUL 2015

GAZETA DO POVO

» ACESSO À JUSTIÇA

Paraná se une por mais 5 varas federais

Dossiê da OAB-PR tem apoio de dois senadores e 27 deputados federais. Conselho da Justiça Federal avalia a criação de varas em São José dos Pinhais, Colombo, Araucária e Campo Largo

Mauri König

Um dossiê assinado pela seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil tenta convencer o Conselho da Justiça Federal (CJF) a autorizar a criação de cinco novas varas federais na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Apoiada por dois dos três senadores e por 27 dos 30 deputados federais do estado, a proposta pode ser julgada em agosto pelo CJF. Se aprovada, vai para o Superior Tribunal de Justiça e dali para o Congresso para votação da lei que cria as varas.

O Paraná tem hoje 43 varas federais no interior e 23 em Curitiba. Apesar da diferença, a capital recebeu 51% dos 208.440 processos distribuídos no estado em 2013. Por isso, a proposta visa criar duas varas em São José dos Pinhais, uma em Araucária, uma em Campo Largo e outra em Colombo. Isso descentralizaria a distribuição dessas ações na região metropolitana, hoje

concentradas em Curitiba, facilitando o acesso do cidadão à Justiça e agilizando o trâmite desses processos.

Pelos cálculos da OAB-PR, a criação das cinco varas reduziria em 14 mil o número de ações ajuizadas a cada ano na subseção judiciária de Curitiba. O dossiê apresenta critérios quantitativos, com dados econômicos, número de ações tramitando e a população atingida (veja infográfico). O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, ao qual as novas varas estarão submetidas, iniciou a tramitação da proposta a pedido da OAB-PR, que por sua vez foi originariamente acionada pela OAB de São José dos Pinhais.

Distorção histórica

Para o advogado Jaideron Rivarola, que representou a OAB no périplo pelo CJF e pelo Congresso em busca de apoio, as novas varas vão ajudar a reduzir a carga de trabalho da Justiça Estadual e melhorar a atuação da Justiça Federal. Também corrigiriam uma distorção histórica. Ao contrário de outras regiões metropolitanas, na RMC a estrutura judiciária se concentrou na capital e suas 23 varas federais atendem 3,1 milhões de pessoas de 29 municípios.

Se de um lado a interiorização iniciada em 1999 melhorou o atendimento aos cidadãos do interior do Paraná, de outro levou a uma

estagnação da capacidade de julgamento na RMC. A concentração das atividades jurisdicionais em Curitiba tem trazido problemas aos cidadãos que buscam a Justiça Federal, como acúmulo de processos em decorrência de descompasso entre distribuição e baixa e consequentes dificuldades em manter padrões de prazo de julgamento com duração média razoável.

Um reflexo dessa concentração está na incapacidade de absorção de demanda processual levada à Justiça Estadual a título de competência delegada — quando se passa processos de competência da Justiça Federal para as estaduais. Há ainda o desperdício de tempo imposto aos advogados e seus clientes em deslocamentos intermunicipais, levando-os muitas vezes a ajuizar ações de interesse da União na Justiça Estadual, cujos padrões de eficiência tendem a ser inferiores aos da Justiça Federal.

A OAB reconhece que alguns problemas relacionados à celeridade processual e ao deslocamento intermunicipal foram minimizados com a implantação do processo eletrônico na Justiça Federal. “Entretanto, isso não foi suficiente para que o número de varas, praticamente inalterados nas duas últimas décadas, fosse capaz de evitar equilíbrios estruturais relacionados à capacidade quantitativa de julgamento”, pontua o dossiê da OAB-PR.

CONTINUA

29 JUL 2015

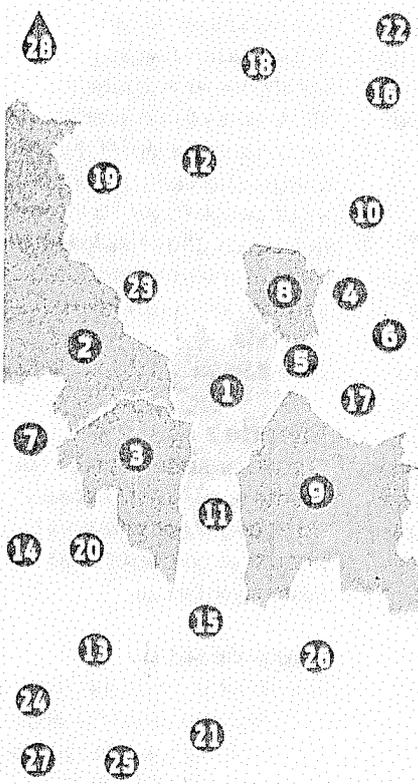
GAZETA DO POVO

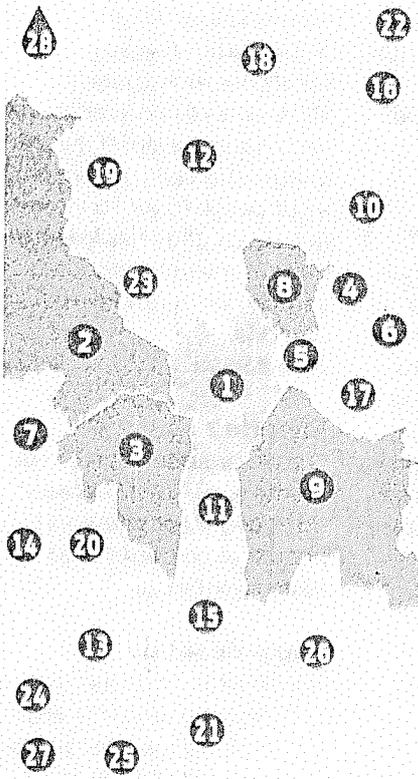
CONTINUAÇÃO

VARAS FEDERAIS

Veja o perfil socioeconômico de cada município da RMC e a média anual de distribuição processual nas 23 varas da Justiça Federal em Curitiba, entre 2010 e 2013:

Em Curitiba existem **23,7** processos a cada **1.000** habitantes.

 Municípios que receberão novas varas



| Cidade | População | PIB (R\$ mil) | Processos | Processos/ mil hab |
|----------------------|-------------|---------------|-----------|-----------------------|
| 1 Curitiba | 1,9 milhões | 53,1 | 43.765 | 23,7 |
| 2 Campo Largo | 121 mil | 1,6 | 1.837 | 15,2 |
| 3 Araucária | 129 mil | 12,9 | 1.728 | 13,4 |
| 4 C. Grande do Sul | 41 mil | 0,585 | 546 | 13,3 |
| 5 Pinhais | 124 mil | 4,5 | 1.623 | 13,0 |
| 6 Quatro Barras | 21 mil | 0,609 | 278 | 13,0 |
| 7 Balsa Nova | 12 mil | 0,290 | 152 | 12,6 |
| 8 Colombo | 227 mil | 2,1 | 2.698 | 11,9 |
| 9 S.J. dos Pinhais | 288 mil | 13,7 | 3.365 | 11,7 |
| 10 Bocaiúva do Sul | 12 mil | 0,108 | 137 | 11,6 |
| 11 F. Rio Grande | 89 mil | 0,619 | 1.003 | 11,3 |
| 12 Rio Branco do Sul | 32 mil | 0,583 | 348 | 10,9 |
| 13 Quitandinha | 18 mil | 0,151 | 191 | 10,6 |
| 14 Lapa | 47 mil | 0,779 | 472 | 10,0 |
| 15 Mandirituba | 24 mil | 0,276 | 242 | 10,0 |
| 16 Tunas do Paraná | 7 mil | 0,493 | 71 | 10,0 |
| 17 Piraquara | 101 mil | 0,547 | 988 | 9,8 |
| 18 Cerro Azul | 18 mil | 0,216 | 171 | 9,7 |
| 19 Itaperuçu | 28 mil | 0,205 | 248 | 9,5 |
| 20 Contenda | 17 mil | 0,159 | 156 | 9,1 |
| 21 Agudos do Sul | 9 mil | 0,739 | 80 | 9,1 |
| 22 Adrianópolis | 8 mil | 0,855 | 77 | 9,1 |
| 23 Campo Magro | 27 mil | 0,209 | 238 | 8,9 |
| 24 C. do Tenente | 8 mil | 0,106 | 67 | 8,9 |
| 25 Piên | 12 mil | 0,280 | 90 | 7,5 |
| 26 Tijucas do Sul | 16 mil | 0,214 | 114 | 7,3 |
| 27 Rio Negro | 33 mil | 0,590 | 186 | 5,7 |
| 28 Doutor Ulysses | 6 mil | 0,103 | 30 | 5,1 |

Fonte: Censo IBGE 2010, Justiça Federal e OAB-PR. Infografia: Gazeta do Povo.

“Só vamos ver a real importância de uma vara federal em Araucária e em São José dos Pinhais quando ela for implantada.”

José Antonio Savaris coordenador dos Juizados Especiais Federais no Paraná

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 JUL 2015

PRIORIDADE

Acesso à Justiça é a melhor fundamentação do pedido, avalia juiz

■ Alegações ou justificativas estatísticas não faltam para que o Paraná receba as cinco varas federais que pleiteia no Conselho da Justiça Federal. O dossiê da seccional local da Ordem dos Advogados do Brasil fundamenta em números o pedido, mas há uma força maior que sustenta a proposta: o acesso do cidadão à Justiça. A afirmação é de quem conhece o dia-a-dia das repartições do Judiciário.

Coordenador dos Juizados Especiais Federais no Paraná, o juiz federal José Antonio Savaris sabe o impacto que a rapidez ou a lentidão de um processo tem na vida de um cidadão. Criados em 2001 para simplificar e agilizar as etapas processuais, reduzindo o número de recursos encaminhados aos tribunais, esses juizados especiais têm como público prioritário a população mais carente.

Para essas pessoas, faz muita diferença pegar dois ônibus a mais para acompanhar o processo, ou perder um dia a mais de trabalho. Nas matérias cíveis ingressadas nesses juizados, por exemplo, o valor não pode ultrapassar 60 salários mínimos; nas criminais, são aceitas apenas ações relativas a delitos de menor potencial ofensivo, cuja pena prevista em lei não ultrapasse dois anos.

“Só vamos ver a real importância de uma vara federal em Araucária e em São José dos Pinhais quando ela for implantada”, diz Savaris. Ele dá ênfase às duas cidades devido à industrialização da primeira e dos temas aeroportuários e desembaraço aduaneiro da segunda. Para ele, se comparadas a outras comarcas, essas cumprem com sobra os requisitos técnicos. “É inquestionável a conveniência de uma vara federal”, diz.

Interiorização dos gaúchos foi diferente da dos paranaenses

■ O Paraná experimentou um processo de interiorização da Justiça Federal a partir de 1999, o contrário do que ocorreu no Rio Grande do Sul, onde o avanço das varas federais se deu também em cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), como Novo Hamburgo, Canoas e Gravatá. Os gaúchos contam hoje com 43 varas federais no interior e 35 na capital. Já o Paraná tem 43 varas federais no interior e 23 em Curitiba, para atender a toda sua região metropolitana.

As 35 varas de Porto Alegre atendem a 2,6 milhões de habitantes — da capital e de 12 dos 31 municípios da sua região metropolitana.

Enquanto isso, as 23 varas federais de Curitiba têm de responder por 3,4 milhões de moradores de 29 cidades da RMC. Já na região de Florianópolis, apenas a capital é sede de subseção federal e atende a 17 dos 22 municípios de sua região metropolitana, com nove varas para 950 mil habitantes. No interior catarinense há outras 45 varas.

A título de comparação, a subseção proposta de Araucária, com 246 mil habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 15,3 bilhões em 2011, teria população e PIB próximos à subseção de Jaraguá do Sul (SC), que tem duas varas para 363 mil habitantes e PIB de R\$ 11,6 bilhões. Já a subseção de Campo Largo teria 160 mil habitantes e PIB de R\$ 2,3 bilhões, dados semelhantes aos 173 mil habitantes e PIB de R\$ 2,5 bilhões de Bagé (RS).

Por sua vez, a subseção proposta de Colombo, com 334 mil habitantes e PIB de R\$ 3,8 bilhões, teria números próximos à subseção de Apucarana (PR), com população de 330 mil pessoas e PIB de R\$ 4,3 bilhões. Por último, a subseção de São José dos Pinhais, com população de 444 mil habitantes e PIB de R\$ 16,2 bilhões, seria equivalente à subseção de Blumenau, com PIB de R\$ 17 bilhões e cinco varas federais para 600 mil pessoas.

29 JUL 2015

GAZETA DO POVO

» MANIFESTAÇÃO DOS PROFESSORES

Juiz se nega a julgar denúncia sobre 29 de abril

Caso será repassado à 5ª Vara da Fazenda Pública, onde já tramita ação semelhante, proposta pela Defensoria Pública

Catarina Scortecci

Primeiro distribuída para a 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, a denúncia do Ministério Público (MP) do Paraná contra o governador Beto Richa (PSDB), em função da repressão violenta da Polícia Militar (PM) contra um protesto de professores e funcionários públicos, no dia 29 de abril, será repassada à 5.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, que já é responsável por uma ação civil pública sobre o mesmo tema, proposta pela Defensoria Pública do Paraná. Nesta vara, o caso ficará nas mãos da juíza Patrícia de Almeida Gomes Bergonse.

A decisão de transferir o caso é do juiz Jailton Juan Carlos Tontini, da 3.ª Vara da Fazenda Pública, que se declarou incompetente para tratar da denúncia do MP devido à existência deste

outro processo semelhante já em trâmite na 5.ª Vara da Fazenda Pública. Em seu despacho, assinado na segunda-feira (27), o juiz afirma que a medida também evita “decisões eventualmente conflitantes”.

A denúncia do MP foi distribuída à 3.ª Vara da Fazenda Pública no final de junho. O MP quer a condenação por improbidade administrativa de Beto Richa, do ex-secretário da Segurança Pública Fernando Francischini, dos coronéis da PM César Kogut, Arildo Luís Dias, Nerino Mariano de Brito e do tenente-coronel Hudson Teixeira.

Já a Defensoria Pública do Paraná entrou no final de maio contra o governo do estado com uma ação civil pública na qual cobra uma indenização por danos morais. Ainda não há decisão.

29 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Seis meses depois, Caramori tenta refazer a vida longe do governo

Ex-assessor da Casa Civil, que carregava o nome de Beto Richa tatuado no braço, responde por abuso sexual de adolescentes

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI

Há exatos seis meses, com a prisão do fotógrafo Marcelo "Tchello" Caramori, em 29 de janeiro, as investigações sobre o "tripé" formado por abusos sexuais contra adolescentes, fraude numa licitação do Departamento de Transportes do governo do estado e corrupção na Receita Estadual, davam um passo importante.

Caramori, que até então tinha um cargo de assessor no Palácio Iguacu, lotado na Casa Civil, foi o primeiro investigado a fazer acordo de delação premiada, que consiste na redução da pena em troca de contribuição para as investigações. Poucos dias depois, ele passou a responder em liberdade. Quebrou o primeiro acordo, mas conseguiu costurar um novo e desde então não voltou a ser preso.

Caramori foi o primeiro a citar o envolvimento do empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador

Beto Richa (PSDB), tanto no caso da licitação, investigado pela Operação Voldemort, quanto na Operação Publicano, que investiga fraudes na Receita Estadual.

Meio ano depois, Caramori não dá entrevistas. Segundo o seu advogado, Leonardo Vianna, ele voltou a trabalhar como fotógrafo e tenta "reconstruir" a vida. "Ele está tocando a vida na medida do possível, porque isso o abalou", diz.

A tatuagem no braço, que ele chegou a exibir nas redes sociais com um código de barras e a inscrição "100% Beto Richa", passou por uma "reformulação" e foi transformada em "100% família". A alteração seria reflexo do tratamento dispensado por Richa ao ex-assessor.

Para desqualificar os depoimentos de Caramori, o tu-

cano se referiu a Caramori, em entrevista, como "acusado de pedofilia".

Apesar de postar no seu perfil no Facebook muitas fotos ao lado de Richa, Caramori não tinha tanta influência junto ao governador, daí os limites da sua contribuição para as investigações. Mesmo assim, a colaboração foi considerada importante.

Contribuição

Para o promotor Renato Lima Castro, Caramori tinha "informações mais gerais" e não uma "análise específica sobre o andamento da corrupção". "A contribuição dele foi bem mediana, ele mostrava a estrutura geral. Não é igual à do Luiz Antônio de Souza [auditor da Receita que está preso e também colabora com a investigação], a pessoa que estava dentro da organização criminosa", ressalta o promotor. "Embora tivéssemos já uma radiografia da organização, não tínhamos [naquele momento] dados concretos de dentro para fora", diz o promotor, analisando a relevância da delação do ex-assessor.

Apesar de alguns empresários e contadores envolvidos com o esquema dos auditores fiscais terem colaborado com as investigações, depois de Caramori, a delação mais importante foi a de Souza, que só começou a colaborar com as investigações após 90 dias, já no mês de maio.

ESTRUTURA MONTADA

Leonardo Vianna, advogado de Marcelo Caramori, afirma que apesar de seu cliente ter sido o primeiro a denunciar Luiz Abi, primo distante do governador Beto Richa, "não há nenhum indicativo de que possa sofrer represália". "Ele tem a proteção do Gaeco. Se tiver alguma coisa, alguém rondando a casa, há um telefone disponibilizado", diz.

CONTINUA

Delator revelou papel do "primo" de Richa

O advogado Leonardo Vianna, que defende o fotógrafo Marcelo "Tchello" Caramori, avalia que a principal contribuição do seu cliente foi para a Operação Volde-mort, que investiga denúncia de fraude numa licitação realizada pelo Departamento de Transportes (Deto). O órgão, ligado à Secretaria Estadual de Administração, contratou emergencialmente, em dezembro do ano passado, a oficina que faria a manutenção da frota do governo na região de Londrina.

Conforme o Gaeco, a licitação foi direcionada para que a oficina Providence fosse a vencedora. O empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), é apontado co-

mo dono da empresa.

"A maior contribuição dele [Caramori] foi na Volde-mort. Ali ele mencionou nomes e empresas e foi o primeiro a dizer da importância do Luiz Abi, a abrir um leque para o Gaeco", avalia Vianna.

A prisão de Caramori provocou tensão no grupo de Abi. Na ação penal proposta pelo Ministério Público com relação à Voldemort, os promotores narram um telefonema entre Ismar Ieger, o dono "oficial" da Providence, e um filho de Abi.

A ligação foi monitorada com autorização judicial e aconteceu às 22h28 do dia 29 de janeiro. Nela, Ieger é informado pelo filho de Abi sobre a prisão de Caramori, di-

zendo que "as meninas o haviam delatado".

Segundo o relato dos promotores, Ieger demonstrou preocupação se Caramori "iria falar alguma coisa sobre o patrão" e ouviu do filho de Abi que o fotógrafo "não seria idiota".

Caramori também colaborou com as investigações sobre a exploração sexual de adolescentes, apontando auditores e empresários, e também com a Operação Publicano, que investiga a denúncia de que auditores, contadores e empresários teriam um esquema para facilitar a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina.

Nos depoimentos, o fotógrafo também fala da influência de Abi sobre a Receita Estadual e a Polícia Militar. Desde fevereiro, o Gaeco persegue esse elo, que foi confirmado nos depoimentos do auditor Luiz Antônio de Souza, que também colabora com as investigações. (FS)



Caramori: ex-assessor da Casa Civil mudou a tatuagem de "100% Beto Richa" para "100% família".

29 JUL 2015

GAZETA DO POVO

» INVASÃO DE PRIVACIDADE

Site espiona e vende dados confidenciais

Cartório Virtual oferece serviço de busca de imóveis por nome ou CPF e até o detalhamento de mensagens no WhatsApp

Estadão Conteúdo

I Acusado de vender informações sigilosas, o site Cartório Virtual está sendo investigado pelo Ministério Público de São Paulo. Em meio à polêmica envolvendo privacidade na internet, o endereço eletrônico oferece não só dados de documentos pessoais, mas também a localização de bens, contas detalhadas de telefone e até conversas no WhatsApp.

“Se você tem dúvidas e deseja saber para quem seus parentes ou funcionários estão telefonando, temos uma solução jurídica: conta detalhada ligações (sic)”, diz anúncio publicado no Cartório Virtual, que promete revelar os registros de ligações, duração e data da chamada, além do número de destino. O valor cobrado não é informado.

A busca de imóveis por nome ou CPF custa R\$ 298, e o detalhamento de mensagens no WhatsApp sai por R\$ 4 mil, conforme documento apreendido pelo MP. Diversos outros serviços são oferecidos, como consulta completa de CPF, além da autoria de sites e de endereços de e-mail. Na página, o

Cartório Virtual afirma ter “dez anos de excelência em prestação de serviços jurídicos”.

Para o promotor criminal Cassio Roberto Conserino, o site comercializa dados confidenciais dos cidadãos e viola o direito à intimidade e à vida privada. Entre os principais problemas apontados está a bilhetagem (as “contas detalhadas” de telefone), cujo vazamento é considerado crime e só deveria ser obtida por autorização judicial. “Isso favorece a arapongagem, extorsão e uma série de problemas à margem da legalidade”, diz.

Após reunir indícios, o promotor solicitou à Justiça a suspensão do site. O pedido foi indeferido sob argumento de não haver nos autos documento que comprove a prática de bilhetagem. O juiz considerou a obtenção de dados como CPF de ‘domínio público’.

Ao recorrer, Conserino solicitou mandado de busca e apreensão no endereço de Marcelo Lages Ribeiro de Carvalho, apontado como responsável pelo Cartório Virtual, além de autorização para comprar o serviço de bilhetagem.

Por telefone, Carvalho disse desconhecer a investigação. Ele diz que atua como tabelião e perito judicial e auxilia em investigações que envolvem conflitos, cíveis ou criminais. Segundo ele, seu site já prestou serviço para órgãos policiais e Tribu-

nais de Justiça. “Já emiti cerca de 20 mil laudos”, diz. “Se eu não tiver 100% de certeza da informação, não divulgo.” Ele diz estar respaldado nos Códigos Civil e Penal.

SEM FONTE

Questionado se o serviço do site não configura invasão de privacidade, o responsável pelo Cartório Virtual respondeu: “Seria se fosse uma pessoa comum, e não um perito. É o mesmo exemplo dos bombeiros: se está pegando fogo em uma residência, ele não tem de quebrar uma porta? Ele faz o que é necessário para salvar vidas. O que eu tenho para passar, passo.” Ele não informa quais bancos de dados acessa para obter as informações. “Como jornalista, você não é obrigado a informar a fonte. Eu também não.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SEM SIGILO

29 JUL 2015

Site 'Tudo Sobre Todos' divulga até o nome de vizinhos

▀ Hospedado no exterior, o site Tudo Sobre Todos é outro domínio que tem causado polêmica no Brasil. Por meio de consultas informando apenas o nome completo, o site oferece informações como CPF, endereço aproximado e até quem são os vizinhos da pessoa. A facilidade em obter dados sigilosos motivou petições contrárias ao site. Algumas buscas são feitas gratuitamente. Para outras informações é preciso comprar créditos, com planos que custam de R\$ 9,90 a R\$ 79. Os organizadores do Tudo Sobre Todos dizem coletar só informações de acesso público. "Apenas simplificamos o processo de busca, não geramos nem exibimos dados sensíveis, como raça ou sexualidade. Já existem várias fontes que efetuam o mesmo serviço ou um serviço similar", afirmam. Na visão do site, se as informações podem ser obtidas na internet, não são sigilosas. Ainda de acordo com a página, o objetivo é promover o encontro de pessoas que perderam contato há muito tempo. Para Bruno Miragem, presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, as informações disponíveis podem ser perigosas. "Pode provocar o uso indevido para fraude ou, dependendo da natureza dos dados, colocar a segurança pessoal em risco." Nem a Polícia Federal nem o Ministério da Justiça afirmam ter solicitado a suspensão do site. O Tudo Sobre Todos diz não estar localizado no Brasil por causa da burocracia para abrir um domínio.

29 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Moro aceita denúncia e maior empreiteiro do país vira réu

Marcelo Odebrecht e outros 12 acusados vão responder na Justiça por suposta participação no esquema de desvios da Petrobras

SÃO PAULO

Estadão Conteúdo

O juiz federal Sergio Moro acolheu nesta terça-feira (28) denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o presidente da construtora Odebrecht, Marcelo Odebrecht, o maior empreiteiro do país. Moro também aceitou a denúncia de outros 12 investigados por corrupção e lavagem de dinheiro pela Operação Lava Jato. Todos passam agora à condição de réus na ação penal que vai apurar a suspeita de crimes praticados por eles em esquema de corrupção na Petrobras.

Entre os réus estão outros cinco executivos ligados à Odebrecht — Márcio Faria da Silva, Rogério Araujo, César Ramos Rocha e Alexandrino de Salles Ramos de Alencar, Paulo Boghossian —, o doleiro Alberto Youssef, o suposto operador de propinas Bernar-

do Freiburghaus, os ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa (Abastecimento) e Renato Duque (Serviço), o ex-gerente de Engenharia estatal Pedro Barusco e o funcionário da companhia Celso Araripe D'Oliveira.

Essa é a primeira ação penal contra Marcelo Odebrecht, preso desde 19 de junho. A empreiteira nega envolvimento com o cartel instalado na Petrobras e o pagamento de propinas para agentes públicos. “O recebimento da denúncia pela Justiça representa o marco zero do trabalho das defesas. Com isso, as manifestações das defesas se darão nos autos dos processos”, diz nota da empresa.

A fase da Lava Jato que teve como alvos os executivos da Odebrecht e da Andrade Gutierrez é um desdobramento de outra etapa da operação, deflagrada em dezembro do ano passado. Na ocasião, foram denunciados nomes do primeiro pacote de investigados do núcleo empresarial do esquema de corrupção.

Na denúncia formulada à Justiça, o MPF pede que o presidente da Odebrecht responda em pelo menos seis frentes de acusações. Pesam sobre a Odebrecht indícios de crimes

nos contratos de obras de construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; do Complexo Petroquímico do Rio (Comperj); nas obras da sede da Petrobras em Vitória (ES); nos contratos de compra de nafta pela Braskem (controlada pela empreiteira); nos contratos de navios-sonda com a empresa Sete Brasil; pelo uso de doleiros e offshores em operações de dólar-cabo e movimentações em contas secretas; e por criar obstáculos às investigações da Lava Jato.

CONTINUA

29 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Presidente da CPI mantém convocação de advogada de delatores

Apesar da pressão da OAB, o presidente da CPI da Petrobras, deputado Hugo Motta (PMDB-PB), avisou que a convocação da advogada Beatriz Catta Preta está mantida e que seu depoimento será marcado "no momento certo". O cronograma das oitivas de agosto será definido na próxima semana, quando termina o recesso parlamentar. "O nosso trabalho na CPI é um trabalho que diz respeito ao Congresso, à Câmara. A nós, cabe seguir o que o plenário decidiu, e o plenário decidiu convocar a Catta Preta para ela trazer de onde ela está recebendo seus honorários", reforçou o peemedebista. Depois de condenar publicamente a convocação da defensora, que esteve à frente dos acordos de delação premiada dos principais personagens da Lava Jato, a OAB sugeriu que o juiz Sergio Moro vete o depoimento. O objetivo da convocação é que ela esclareça a origem de seus honorários. Na semana passada, Catta Preta renunciou à defesa do lobista Julio Camargo, de Pedro Barusco (ex-gerente da Petrobras) e do lobista Augusto Ribeiro de Mendonça. Nos bastidores, corre o rumor de que ele teria sido ameaçada.

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Memórias de dona Chloris em DVD



29 JUL 2015

Ocorre nesta quinta-feira (30), a partir das 19 horas, no Clube Curitibano (Av. Getúlio Vargas, 2.857), o lançamento de um DVD em que a professora Chloris Casagrande Justen, 92 anos, fala de sua longa carreira no magistério e na literatura. A gravação do depoimento é uma iniciativa dos profissionais de imprensa Luiz Renato Ribas e Renato Mazánek. Os dois estão à frente do projeto "Memórias Paraná", que se propõe a registrar a vida e a obra de todo e qualquer paranaense que tenha deixado alguma contribuição ao estado – famosos e discretos, sem distinção. Na cerimônia de lançamento, a homenageada será recebida pelo mestre de cerimônias Roberto Bostelmann – uma das vozes da rádio na década de 1960. O primeiro discurso é de Odilon Merlin, diretor de cultura do Clube Curitibano, seguido da palavra da educadora e escritora. Os DVDs serão distribuídos gratuitamente. O encontro se encerra com apresentação musical comandada por Sérgio Justen e Orly Bach. O Curitibano, o GRPCom e a Academia Paranaense de Letras estão entre os apoiadores da nova fase do "Memórias Paraná".

A homenageada

Chloris é um dos primeiros nomes da última lavra de depoentes do projeto – iniciada no primeiro semestre. Do início dos anos 2000 para cá, o Memórias ultrapassou a marca de 130 depoimentos, número que o compara apenas a outro projeto, o "Memória Bamerindus", realizado nas décadas de 1980 e 1990, interrompido com a venda do banco para o HSBC. Foram mais de 230 gravações, hoje disponíveis no Museu da Imagem e do Som, mediante solicitação. As duas iniciativas são pródigas em preencher a lacuna de fontes sobre o Paraná. À frente da Academia Paranaense de Letras – na qual ocupa a cadeira 24 – dona Chloris, como é chamada, tem seu nome ligado às mais importantes instituições educacionais e literárias do estado. Trabalhou no Instituto de Educação e constituiu a sede da Centro Paranaense Feminino de Cultura, para citar dois capítulos de sua extensa folha de serviços prestados.

GAZETA DO POVO

BESSA

Moro em cena

29 JUL 2015

É hoje, às 19 horas, no teatro do Sesc da Esquina, a palestra "Lavagem de Dinheiro" do juiz Sergio Moro, a convite do Instituto dos Advogados do Paraná. O presidente do IAP, José Lucio Glomb, tem sido bombardeado com pedidos de convites, todos já esgotados há dias. Moro, por sua vez, está na mira dos advogados dos acusados que mandou prender nas diversas fases da Operação Lava Jato. Todos querem a cabeça do juiz durão que se tornou o homem público mais admirado do país nos últimos tempos.

NOTA POLÍTICA

Força e prisão na Odebrecht



O cumprimento do mandado de busca e apreensão na empresa **Odebrecht (foto)** determinado pelo juiz federal Sergio Moro foi marcado por uma confusão nesta terça-feira (28). De acordo com a Polícia Federal, integrantes do departamento jurídico da empresa estariam se opondo ao cumprimento da ordem sob o argumento de que as mensagens relacionadas à investigação da Lava Jato estariam armazenadas em servidores no exterior. De acordo com o delegado da PF Igor Romário de Paula, os policiais tiveram dificuldade para cumprir o mandado e a solução foi pedir uma nova ordem a Moro. Na nova decisão, o juiz autoriza a PF a cumprir o mandado, "se necessário mediante a utilização de força e prisão daqueles que se opuserem ao cumprimento da ordem judicial".

Silêncio

A **Gazeta do Povo** entrou em contato com a Odebrecht, mas até o fechamento desta edição não teve nenhum posicionamento sobre o assunto. A advogada Dora Cavalcanti, responsável pela defesa da empresa, também foi procurada, mas não quis se manifestar porque estava em uma reunião.

CRIME ELEITORAL

PGR pede ao STF para que ministro do TCU seja investigado

I O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) no qual pede a continuidade de uma investigação a respeito do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rêgo. O inquérito apura suposta prática de crime eleitoral pelo ministro e por seu irmão, o deputado federal Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto (PMDB-PB), nas eleições de 2012.

Na condição de então prefeito da cidade de Campina Grande, na Paraíba, Veneziano Vital do Rêgo teria pressionado funcionários da prefeitura a votarem em candidatura aliada. De acordo com relato que chegou à Justiça local, os funcionários teriam sido ameaçados de demissão caso Tatiana Medeiros não fosse eleita. O caso foi remetido ao STF em razão do foro privilegiado das autoridades envolvidas.

28 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Planos terão de ampliar serviços de saúde

ANS abriu consulta pública para ouvir a população, mas já definiu 11 novos procedimentos médicos, entre exames e cirurgias. Novidades incluem remédio para câncer de próstata e nutricionista para gestante

Diego Antonelli

A Agência Nacional de Saúde (ANS) vai ampliar a lista de procedimentos que devem ter cobertura obrigatória pelos planos de saúde a partir de janeiro de 2016. A revisão do "Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde", realizada a cada dois anos, está com consulta pública aberta até o dia 18 de agosto, para que a população possa dar sugestões. Embora ainda não se saiba quantas propostas serão aceitas, já é possível prever que pelo menos 11 novos procedimentos médicos, entre exames e cirurgias, propostos pela própria ANS, serão incluídos.

As novidades também incluem o fornecimento de um medicamento oral para o tratamento do câncer de próstata, a formulação de diretrizes para o diagnóstico e tratamento de 16 síndromes genéticas e a inclusão de uma diretriz clínica para avaliação geriátrica ampla. Também está sendo proposta a indicação de consultas com nu-

tricionista para gestantes. O relatório completo do novo rol deve ser divulgado entre outubro e novembro.

Para chegar a esses procedimentos, 39 instituições enviaram contribuições. Também foram realizadas discussões com o Comitê Permanente de Regulação da Atenção à Saúde, formado por órgãos de defesa do consumidor, operadoras de planos de saúde, representantes de beneficiários e de profissionais da saúde e de hospitais.

Acesso

Segundo a gerente-geral de regulação assistencial da ANS, Raquel Lisboa, a revisão se torna necessária para garantir o acesso ao diagnóstico e tratamento dos pacientes através de técnicas novas que possibilitem o melhor resultado na saúde dos usuários.

Ela ressalta, porém, que alguns critérios devem ser seguidos. Um deles é incluir apenas procedimentos que obedecem a critérios científicos de segurança e eficiência comprovados pelo sistema de Avaliação de Tecnologia em Saúde (ATS). "Também é preciso que a proposta tenha uma abrangência nacional e que não seja restrita apenas a alguns centros. O novo tratamento [a ser incluído] leva em conta também a incidência da doença", explica Raquel.

Hoje 51 milhões de pessoas são usuárias dos planos de saúde. O rol atual conta com 3.194 procedimentos incluídos. A multa prevista para as operadoras que não cumprirem a cobertura obrigatória é de R\$ 80 mil.

Demora

Para o médico eletrofisiologista José Carlos Moura Jorge, a inclusão desses novos procedimentos já poderia ter sido liberada pelos planos de saúde há mais tempo. "Na Europa e nos Estados Unidos muitos dos exames que devem ser autorizados [em breve] já são liberados. Isso [a demora], possivelmente, deve-se aos gastos dos convênios, já que esses novos procedimentos geralmente custam mais."

"Os planos precisam cobrir tudo que é exame genético. As pessoas não fazem um teste desse simplesmente porque querem, mas porque precisam."

Linda Franco mãe de Gabriel, portador da doença ALD

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

AS NOVIDADES

Veja os procedimentos a serem incluídos no rol, além de outras novidades:

- Cirurgia complementar à cirurgia de remoção do pterígeo (doença da conjuntiva, membrana que recobre o branco dos olhos e reveste as pálpebras) para diminuição de retorno da enfermidade, além de ser útil em outras desordens oculares.
- Implante de polímero para pacientes com uveíte (doença ocular) crônica não infecciosa intermediária ou posterior e edema macular nas oclusões venosas de ramo e central.
- Tratamento a laser na retinopatia (lesão da retina ocular) da prematuridade.
- Técnica a laser que utiliza radiação infravermelha como fonte de calor para tratar certos tumores oculares.
- Prótese vibratória auditiva fixada por um pino de titânio ao osso mastoideo. É um dos recursos tecnológicos para o tratamento das deficiências auditivas condutivas ou mistas e para perda auditiva.
- Dispositivo de terapia de res-sincronização cardíaca com função de desfibrilação. Projetado para tratar insuficiência cardíaca, ajustando os batimentos cardíacos.
- Sistema composto por um equipamento implantado abaixo da pele que é acionado pelo paciente durante os sintomas para diagnóstico diferencial de palpitações, perdas de consciência, dor no peito e outros sintomas cardiovasculares.
- Teste para detecção de todos os subtipos de defeitos congênitos da glicosilação tipo I. O agravo é decorrente da deficiência ou ausência de carboidratos, secundária à secreção de glicoproteínas.
- Pesquisa e/ou dosagem da vitamina E para pacientes com falta de coordenação causada por perda de função do cerebelo.
- Exame de Pesquisa de C4D em amostras de biópsia de rim transplantado para diagnóstico de rejeição induzida por anticorpos.
- Exame de mutação do gene N-RAS para os pacientes que tenham de usar medicação em que conste a análise de presença/mutação dos genes iniciar o tratamento.
- Novo medicamento oral para câncer de próstata
- Gestante terá possibilidade de agendar 12 sessões com nutricionista.
- Inclusão de diretriz clínica para avaliação geriátrica ampla.

28 JUL 2015

REIVINDICAÇÃO

Proteste quer que plano banque home care

● A Proteste Associação de Consumidores luta para que dois procedimentos sejam incluídos no rol de procedimentos obrigatórios das operadoras de saúde a partir de janeiro de 2016. Um deles é o *home care*, uma espécie de Unidade Terapia Intensiva instalada na casa do paciente.

O atendimento domiciliar evita a permanência prolongada no hospital, a interrupção do cuidado ao paciente e o distanciamento dos profissionais envolvidos no tratamento. "É de vital importância para que pacientes que estão em situação mais complicada possam ficar perto da família, no ambiente domiciliar", afirma a coordenadora institucional da Proteste, Maria Inês Dolci. Segundo ela, muitas famílias precisam recorrer ao Poder Judiciário para que os planos sejam obrigados a custear esse tipo de tratamento.

A outra solicitação encaminhada à ANS é a de que os planos sejam obrigados a pagar por exames rápidos para dengue. (DA)

CONTINUA

28 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

NOVA DIRETRIZ

Procedimentos genéticos serão regulamentados

A ANS vai realizar a ampliação de indicações para diagnóstico e tratamento de 16 síndromes genéticas. No entanto, isso não significa que novos procedimentos genéticos serão incluídos. Esses procedimentos serão apenas regulamentados.

"Esses exames já são cobertos pelos planos de saúde desde 2008. O que está sendo feito é a diretriz de atendimento. Hoje 22 doenças genéticas têm diretrizes, mas isso não significa que são apenas elas que são custeadas pelos planos", alerta o médico geneticista Salmo Raskin.

Segundo ele, a diretriz serve para esclarecer em quais situações os testes serão de responsabilidade dos planos de saúde. Raskin relata que os exames que não possuem diretriz devem ser analisados por profissionais do próprio plano para posterior aprovação ou não do exame. "Assim, define-se se o plano pagará o exame. Com a diretriz, os pacientes que se enquadrarem no que estará determinado terão o exame garantido sem passar por essa segunda análise. Quem não se enquadrar na diretriz fica excluído", explica Raskin. **(DA)**

QUESTIONÁVEL

Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a existência desse rol de procedimentos é questionável. Segundo Joana Cruz, pesquisadora do Idec, a legislação já garante ao consumidor que as operadoras cubram todas as doenças listadas pela Organização Mundial da Saúde. "As cláusulas de restrição de coberturas, presentes em diversos contratos de planos de saúde, são abusivas e, portanto, nulas, e ferem a boa-fé que deve estar presente nas relações de consumo. Ressalte-se que a finalidade do contrato de plano de saúde é a garantia da saúde integral do contratante, e não parte dela."

Como participar

A consulta pública da ANS teve início no dia 12 de junho e segue até o dia 18 de agosto. Os interessados podem acessar os documentos disponíveis no portal da ANS e enviar as contribuições exclusivamente por meio de formulário eletrônico. O endereço do site é <http://www.ans.gov.br/participacao-da-sociedade/consultas-publicas/consulta-publica-n-59>.

Grupo de apoio

Hoje, Linda Franco mantém um grupo que divulga a adrenoteucodistrofia (ALD) no Brasil e outro no Facebook, chamado de 'Troca troca de mães especiais', que realiza trocas de aparelhos e alimentos entre mães de pacientes especiais no país todo. O e-mail de contato de Linda é: lindafranco78@gmail.com.

CONTINUA

28 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Seis anos lutando para dar uma vida digna ao filho

Há seis anos, a vida de Linda Franco mudou completamente. O filho Gabriel, hoje com 13 anos, começou a apresentar mudanças comportamentais. Tornou-se mais agressivo, hiperativo e com falta de concentração. Em maio de 2009 os sintomas se intensificaram: tropeçava com facilidade e apresentava perda de visão. “No aniversário de 7 anos, o avô tinha comprado uma bicicleta para ele. E Gabriel não enxergou a bicicleta”, conta a mãe.

Um alerta de que algo não estava nem um pouco certo. Realizou exames médicos, consultas com geneticistas e neurologistas. O diagnóstico: adrenoleucodistrofia (ALD), doença sem cura, que compromete todo o sistema nervoso.

Hereditária, os portadores produzem ácidos graxos de cadeia muito longa em excesso no cérebro, e o acúmulo da substância destrói a bainha de mielina (revestimento do neurônio, responsável pela transmissão de impulsos nervosos). Os neurônios não se comunicam

mais entre si.

A evolução em Gabriel foi muito rápida. Em julho de 2009, ele perdeu a fala, não conseguiu mais andar e parou de comer. “Ele só pisca e suspira”, conta a mãe.

Justiça

O erro no gene ABCD1 só foi descoberto em 2011, quando teve de ingressar com ação na justiça para que o plano cobrisse as despesas. A diretriz do teste genético para ALD só foi publicada em 2014. “Os planos, na verdade, precisam cobrir tudo que é exame genético. As pessoas não fazem um teste desse simplesmente porque querem, mas porque precisam”, afirma.

Sabendo onde está o erro, fica mais fácil prevenir a doença no restante da família. Se detectada em estágio muito inicial, a ALD, pode ser tratada com transplante de medula óssea.

Para conseguir o *home care* que mantém o filho em casa e com cuidados intensivos 24 horas, Linda também teve de ingressar com uma ação na Justiça. Até então, ela viveu quase três anos dentro de um ambiente hospitalar. “Muitas mães precisam de um aparelho desses e os planos não cobrem. É um transtorno ter de ingressar com ação para obrigar algo que deveria ser um direito de todos”, afirma. (DA)

29 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

O Judiciário e os conflitos fundiários

JOSÉ RENATO NALINI E WILSON LEVY

O Tribunal de Justiça de SP está empenhado em construir uma solução para o problema com a criação de varas de conflitos fundiários urbanos e agrários

Os conflitos fundiários constituem um dos principais problemas sociais brasileiros. Produtos do processo desordenado de ocupação do território do país desde a colonização, fazem da cidade e do meio rural expressão de campos em disputa.

Quis o legislador constituinte proteger o direito de propriedade como direito fundamental. A opção foi feita com convicção, pois sua previsão, expressa no caput do artigo 5º da Constituição, se repete no inciso XXII do mesmo dispositivo. No inciso seguinte, porém, o direito de propriedade aparece condicionado ao cumprimento de uma função social.

De acordo com a própria Constituição, na área urbana são os municípios os responsáveis por dar o conteúdo dessa função social (artigo 182). Apesar da longevidade do texto constitucional, contudo, os limites técnicos e orçamentários de boa parte das municipalidades dificultam a sua concretização e a consequente ampliação do acesso à terra urbanizada, favorecendo a multiplicação dos conflitos.

Reintegrações de posse são ocorrências cotidianas nos centros urbanos e na zona rural. Com frequência viram episódios marcados por exasperações violentas, nos quais há risco de lesão a direitos fundamentais, tais como a vida e a integridade física. A situação é delicada porque envolve, com frequência, população socialmente vulnerável.

A ordem que determina uma reintegração é sempre proferida por um juiz. Não foi ele quem deu causa ao conflito, mas isso nem sempre fica claro para a opinião pública. Compete ao juiz a ingrata missão de definir o futuro de centenas ou de milhares de despossuídos atingidos por suas consequências.

São espoliados urbanos e agrários, vítimas de um modelo econômico excludente, egoísta e distante do dever de solidariedade que marca o cuidado com a "casa comum", tão bem definido pelo papa Francisco na encíclica "Laudato Si".

Ciente desse quadro de enorme gravidade social, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo está empenhado em construir uma solução estrutural para o problema por meio da criação de varas de conflitos fundiários urbanos e agrários.

A iniciativa busca concretizar o comando constitucional expresso no artigo 126: "Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias". Comando de clareza eloquente, que não admite tergiversação. A ninguém é dado descumprir o texto que edifica o nosso projeto de nação.

Além da previsão expressa na Constituição, há razões estatísticas para se apoiar a ideia. Há em curso no Estado mais de 160 mil ações que versam sobre conflitos fundiários, das quais 35 mil correm na capital, sem contar os incidentes e recursos remetidos à segunda instância.

O desenho das varas de conflitos fundiários do tribunal bandeirante coube a um grupo de trabalho, instituído pela portaria nº 8.971/14, que congregou todos os atores institucionais afetados pela questão urbana, numa perspectiva colegiada e plural. A minuta de resolução elaborada pelo grupo será submetida à apreciação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. O documento merecerá o exame cuidadoso pela erudição dos membros do órgão e poderá ser adaptado para melhor se adequar à legislação em vigor.

Os benefícios da especialização são inequívocos e já foram percebidos em outras searas. Varas da infância e da juventude, da violência doméstica e familiar, de falências, e câmaras ambientais, todas elas conferiram um plus de qualidade à prestação jurisdicional.

Aqui não será diferente. A uniformização das decisões e o desenvolvimento de procedimentos específicos, calcados numa cultura de pacificação e diálogo e adequados às particularidades desse tipo de conflito são dois ganhos importantes.

Com isso, o Tribunal de Justiça de São Paulo pretende reafirmar o seu protagonismo e dar um passo decisivo para contribuir com a criação de cidades justas, democráticas, sustentáveis e pacíficas.

JOSÉ RENATO NALINI, 69, doutor em Direito Constitucional pela USP, é presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP

WILSON LEVY, 29, doutorando em Direito Urbanístico na PUC-SP, é diretor da presidência do TJSP

29 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

A hora das instituições

FERNANDO SCHÜLER

Sugestões não faltam. O deputado Roberto Freire (PPS-SP) recomenda que a presidente Dilma renuncie. Diz que seria um gesto de grandeza. O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) pede novas eleições. Uma nova chance, por que não? O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) sugeriu uma saída parlamentarista, quem sabe ao estilo 1961.

Há juristas aos milhares, espalhados nas redes sociais. Cada um com seu veredicto definitivo sobre o impedimento da presidente. Talvez por não ser jurista, ou por temperamento, não acho que seja o caso de pedir para a presidente que renuncie.

O país teve a chance de trocar de mandatário em outubro passado. Naqueles dias já se sabia bastante sobre a corrupção na Petrobras, a Justiça já havia julgado o mensalão e encarcerado parte da cúpula petista. Mesmo assim, a maioria decidiu dar mais quatro anos ao governo. Saber porque isso ocorreu talvez seja a primeira tarefa da oposição, mas não vejo isso sendo feito.

Não vale a pena gastar tinta enumerando os problemas deste governo. O PIB deve recuar 1,5% neste ano, o ajuste fiscal se tornou pífio e o governo destruiu programas sociais importantes, como o Fies.

Nenhuma dessas razões, não obstante, são suficientes para tirar a

É preciso passar a limpo o que ocorreu nestes últimos anos, responsabilizar a quem de direito e reforçar as instituições no país

presidente do poder. No presidencialismo é assim. Não se substitui o chefe de governo — que por acaso também é o chefe de Estado — porque a presidente é fraca, porque 65% da população assim o deseja ou porque de vez em quando ela faz discursos sem sentido sobre mandiocas e “mulheres sapiens”.

É no parlamentarismo que se pode trocar o chefe de governo, se a gestão é ruim, e se lhe falta apoio político. Mas o Brasil escolheu o presidencialismo no plebiscito de 1993.

No Brasil, talvez desde a queda de Collor, criou-se a ideia de que um impeachment é um “processo político”. Ouvi essa frase de muita gente boa nestes anos todos. Trata-se, quando muito, de uma meia verdade. Impeachment é um processo que demanda autorização e julgamento da Câmara e do Senado, respectivamente. Mas requer clara fundamentação jurídica, sob critérios bem especificados na Constituição.

O Brasil não vive uma crise institucional. Há, sim, uma crise ética e,

por certo, de governabilidade. E uma grande tarefa pela frente: passar a limpo o que ocorreu no país nestes últimos anos e responsabilizar a quem de direito.

A hora é de reforçar as instituições. Exigir respeito ao trabalho do Ministério Público, da Polícia Federal, do Tribunal de Contas e do Poder Judiciário. Por absoluta omissão do sistema político, são essas instituições que representam hoje a linha de frente da transformação ética que a sociedade exige. A passagem do país cordial, do padrão político-corporativo, a um país fundado na impessoalidade das relações de poder

É possível especular se, de fato, a sociedade deseja essa transformação. País hipócrita, da Lei Seca e do Twitter da Lei Seca. Do mercado de emendas ao Orçamento, das agências reguladoras transformadas em fonte de emprego. Tudo isso que sabemos existir, mas não sabemos se há vontade de mudar.

De toda forma, a um custo bastante elevado, as instituições jurídicas de Estado estão passando o país a limpo. Dores do parto da República, quem sabe.

FERNANDO SCHÜLER, 50, cientista político, é doutor em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Insper

29 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juiz torna Marcelo Odebrecht réu por suspeita de corrupção e lavagem

Outras 12 pessoas denunciadas pelo Ministério Público Federal também responderão à Justiça

Segundo procuradores, empreiteira subornou dirigentes da Petrobras; parte do dinheiro será devolvida na sexta (31)

**BELA MEGALE
GRACILIANO ROCHA**
DE SÃO PAULO

O juiz da 13ª Vara da Justiça Federal do Paraná, Sergio Moro, acolheu nesta terça (28) denúncia contra o presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e executivos do grupo por participação em esquema de corrupção em grandes obras da Petrobras mediante pagamento de suborno a dirigentes da estatal.

Ao todo, 13 pessoas denunciadas pelo Ministério Público Federal na última sexta passam a responder criminalmente por corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo a denúncia, os crimes envolveram contratos de R\$ 13,1 bilhões em obras de refinarias no Paraná e Pernambuco, no Complexo Petroquímico do Rio (Comperj) e na sede da estatal em Vitória (ES).

Outro foco de corrupção, segundo a Procuradoria, foi o contrato firmado pela Petrobras para vender, a preços abaixo do valor de mercado,

nafta (principal matéria-prima para a indústria de plástico) à Braskem, petroquímica do grupo Odebrecht.

Marcelo Odebrecht e os executivos Rogério Araújo, Márcio Faria, César Rocha, Alexandrino Alencar e estão presos desde 19 de junho. O funcionário da empresa Paulo Sérgio Boghossian também foi denunciado.

Embora a denúncia afirme que licitações foram supostamente montadas e dirigidas para favorecer o conglomerado, a ação penal vai discutir somente acusações de pagamentos ilegais a servidores da estatal e lavagem de dinheiro. Formação de cartel e fraude em licitações devem ser objeto de outra denúncia.

Segundo os promotores, a Odebrecht realizou pagamentos, por meio de empresas off-shores, em contas secretas dos ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto-Costa e Renato Duque e do ex-gerente Pedro Barusco na Suíça.

As provas da ligação da Odebrecht com os depósitos no exterior, segundo a Procuradoria, vieram de uma investigação das autoridades suíças que identificou US\$ 16,4 milhões (R\$ 55,1 milhões) nas contas dos dirigentes.

Também houve pagamentos no Brasil, segundo a acusação, por meio do doleiro Alberto Youssef. No caso da sede da Petrobras em Vitória, erguida pela Odebrecht, a propina foi paga ao gerente da Petrobras Celso Araripe.

Youssef e Araripe também passaram a réus nesta terça. Os demais são Bernardo Freiburghaus e Eduardo de Oliveira Freitas Filho, suspeitos de intermediar propina.

A Justiça Federal do Rio de Janeiro aceitou na sexta (24) pedido do Ministério Público Federal para devolver à Petrobras R\$ 69,5 milhões repatriados das contas de Barusco na Suíça.

Isso equivale a 80% do dinheiro bloqueado em suas contas no exterior e cuja devolução foi acertada no acordo de delação premiada. A entrega será na próxima sexta (31).

CONTINUA

29 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Odebrecht diz que defesa vai falar à Justiça

A defesa de Marcelo Odebrecht e de ex-executivos da companhia afirmou que ainda irá discutir os termos da acusação. “O recebimento da denúncia pela Justiça representa o marco zero do trabalho das defesas. Com isso, as manifestações das defesas se darão nos autos dos processos”, diz em nota.

A defesa de Bernardo Freiburghaus disse que ele jamais foi intermediador de propina. A defesa de Eduardo de Oliveira Freitas Filho afirmou que demonstrará a inocência dele. A **Folha** não conseguiu contato com Celso Araripe.

29 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Para Richa, divulgação de protestos pelo PSDB é desnecessária

DE SÃO PAULO - Alvo de protestos neste ano, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), criticou a decisão do presidente de seu partido, Aécio Neves, de ajudar na convocação para atos contra o governo federal.

O PSDB pretende veicular propagandas em cadeia nacional para atrair público para os protestos que defendem o impeachment da presidente.

Para o governador, o envolvimento do partido na convocação é “desnecessário” e pode ser explorado pelo governo federal como uma iniciativa de caráter revanchista.

“Tivemos grandes manifestações no país inteiro, sempre com chamamentos espontâneos”, avaliou nesta terça (28).

O tucano lembrou ainda que os movimentos contrários à presidente costumam não aceitar a presença de partidos nas manifestações populares.

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do STF nega liberdade a Cerveró

29 JUL 2015

Defesa critica os 'super-heróis tupiniquins'

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, negou nesta terça (28) liberdade ao ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, preso sob acusação de participar do esquema de corrupção na estatal.

O pedido será remetido ao relator dos inquéritos da Lava Jato, Teori Zavascki, que só deverá avaliá-lo a partir da próxima semana, após o fim do recesso do Judiciário.

Preso desde janeiro, Cerveró pediu liberdade provisória e entrou com uma reclamação no Supremo contra o juiz Sergio Moro, responsável pelas investigações da Lava Jato no Paraná.

Nas peças, os advogados criticam Moro e os investigadores, citam o surgimento de "super-heróis tupiniquins" e pedem que a ação na qual Cerveró é réu sob acusação de corrupção e lavagem de dinheiro vá para o STF —o argumento é que ela cita políticos com foro privilegiado.

A defesa pediu ainda a anulação da ação que condenou Cerveró a cinco anos de prisão por lavagem de dinheiro.

A **Folha** revelou no início deste mês que o ex-diretor, apontado como elo do PMDB no esquema, começou a negociar um possível acordo de delação. Pessoas próximas à família afirmaram que a decisão deve-se ao seu estado frágil de saúde.

PAINEL

Sem ambiente

O STF (Supremo Tribunal Federal) é majoritariamente contrário à tese de afastamento cautelar de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da presidência da Câmara caso seja denunciado na Operação Lava Jato. Para os ministros, o Judiciário não pode afastar um chefe de outro Poder só por ser investigado. Por isso, interlocutores de Rodrigo Janot dizem que o procurador-geral da República não pedirá a saída de Cunha —evitando uma derrota que o enfraqueceria na queda de braço com o Congresso.

29 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Fazendas alojavam trabalhadores junto com porcos no Piauí

Órgãos de fiscalização vão responsabilizar também indústria que usa cera de carnaúba

VENCESLAU BORLINA FILHO
DE CAMPINAS

Ao menos 20 trabalhadores, entre eles 4 adolescentes, foram encontrados em alojamentos junto a porcos no município de Luís Correia, no litoral do Piauí.

Eles atuavam na extração da palha da carnaúba, cuja cera é usada como matéria-prima pelas indústrias cosmética e de eletroeletrônicos.

Entre 12 propriedades rurais inspecionadas, 11 tiveram irregularidades apontadas. Trabalhadores eram mantidos em situação análoga à escravidão, segundo a Procuradoria do Trabalho.

Foram encontrados trabalhadores sem alojamento adequado, sem carteira assinada, sem equipamentos de proteção individual e sem condições mínimas de higiene, saúde e segurança.

Foram abertos inquéritos

em todos os casos. A intenção dos órgãos de fiscalização é responsabilizar toda a cadeia produtiva, desde quem arrenda as terras até a indústria que usa a cera.

Em Luís Correia, os porcos dividiam o alojamento com os trabalhadores, sob as redes. De acordo com os fiscais, o sítio não tinha banheiro para os trabalhadores, a maioria vinda do Ceará.

Embalagens de agrotóxicos eram reutilizadas para armazenar água, os alimentos não eram refrigerados e as refeições eram feitas perto de fezes de animais.

Segundo o Ministério Público do Trabalho, a extração da palha da carnaúba emprega cerca de 12 mil trabalhadores no Piauí.

Os trabalhadores recebem diárias de R\$ 30 e R\$ 60 e correm risco de acidentes e amputação de partes do corpo como braços e pernas.

29 JUL 2015

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

Violência contra mulher não admite "insignificância"

*Jônatas Pirkiel

A Súmula 536, da 3ª Turma do STJ já tinha entendido que "a suspensão condicional do processo e a transação penal seriam incompatíveis com os delitos sujeitos à Lei Maria da Penha. Agora a sua 6ª. Turma, firmou o entendimento de que não cabe a aplicação do princípio da "insignificância", nos casos de agressão contra a mulher no ambiente doméstico. O ministro Rogério Schietti Cruz, ao apreciar pedido de reconhecimento da "insignificância", lembrou posição sua em caso idêntico, destacando que: "...a jurisprudência do STJ caminha no sentido de não admitir a extinção da punibilidade pelo reconhecimento da insignificância penal quando o crime é praticado com violência ou

grave ameaça, em razão do bem jurídico tutelado. "Maior atenção deve-se ter quando se tratar de violência praticada contra a mulher no âmbito das relações domésticas".

Ainda, mantendo o princípio da lei que tutela a dignidade da mulher, deveria ser extensiva a todo ser humano, o ministro reportou-se a outros entendimentos relativos à apuração dos crimes contra a mulher, dentre eles: "...até mesmo a eventual retratação da vítima é irrelevante para afastar a punibilidade, pois "os crimes de lesão corporal, ainda que leve ou culposa, praticados no âmbito das relações domésticas, serão sempre processados por meio de ação penal pública incondicionada...".

Quanto à aplicação da "da suspensão condicional do processo", o ministro afirmou

que: "...o benefício do *sursis* é facultativo, e cabe ao condenado recusá-lo na audiência que precede o início do cumprimento da pena...Se for, portanto, de seu interesse, poderá recusar-se a aceitar as condições estabelecidas na sentença, o que importará no cumprimento da pena tal qual originalmente imposta...".

São decisões que se amoldam ao princípio da lei e, sobretudo, ao respeito e dignidade à pessoa humana, pois a sociedade brasileira caminha para eliminar, ainda que de forma modesta, qualquer tipo de violência à pessoa humana, em particular a mulher que, ao longo dos tempos, foi a maior vítima da passividade desta mesma sociedade.

*O autor é advogado criminalista
(jônataspirkiel@terra.com.br)

29 JUL 2015

BEMPARANÁ

Com Lei da Mediação, cartórios poderão promover busca por soluções consensuais

A sanção presidencial da chamada Lei da Mediação, no último mês de junho, regulamentou o procedimento da mediação judicial e extrajudicial como uma forma para a resolução consensual de conflitos. A legislação abre espaço para que os cartórios colaborem com a quebra da cultura de litigiosidade brasileira e possam promover a busca por soluções consensuais em competências antes exclusivas ao Poder Judiciário. A lei, de número 13.140, entra em vigor 180 dias após a publicação.

De acordo com a Secretaria da Reforma do Judiciário (SRJ), do Ministério da Justiça, do total de processos que transcorrem hoje nos tribunais, 80% estão em judiciários estaduais e 60% seriam passíveis de mediação. Para o advogado especialista e membro da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná (Arbitac), Henrique Gomm, a sanção da lei é importante, mas não deve ser vista apenas como um filtro do congestionamento do Poder Judiciário.

"Para exemplificar, numa hipótese de divergência entre os herdeiros maiores e capazes, na partilha de bens no inventário para ser levado efeito mediante escritura pública, podem esses herdeiros se utilizarem do procedimento de mediação para superar suas diferenças. Igualmente em casos de separação e outros que competem aos cartórios extrajudiciais", explica Gomm.

Nesse sentido, a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) possui convênio com a Arbitac para que a mediação possa ser realizada em instalações adequadas e conduzidas por profissionais habilitados e experientes. O presidente da Anoreg-PR, Robert Jonczyk, ressalta, porém, que a capacitação dos notários e registradores será fundamental para que o serviço seja prestado com qualidade à população.

Juiz acata denúncia contra Odebrecht

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, abriu ontem ação penal contra o empresário Marcelo Bahia Odebrecht, presidente da Construtora Odebrecht, e mais 12 investigados por corrupção e lavagem de dinheiro. Moro também recebeu denúncia do Ministério Público Federal contra executivos ligados à maior empreiteira do País - Marcio Faria da Silva, Rogério Araujo, César Ramos Rocha e

Alexandrino de Salles Ramos de Alencar, Paulo Boghossian - entre outros.

"Marcelo Bahia Odebrecht seria o Presidente da holding do Grupo Odebrecht e estaria envolvido diretamente na prática dos crimes, orientando a atuação dos demais, o que estaria evidenciado principalmente por mensagens a eles dirigidas e anotações pessoais, apreendidas no curso das investigações", disse o juiz Sérgio Moro.

PAINEL

Arbitragem

De 13 a 15 de setembro acontece o XIV Congresso Internacional de Arbitragem, em Foz do Iguaçu, que irá discutir a "Arbitragem entre o Público e o Privado". Os advogados inscritos na OAB Paraná têm 20% de desconto no valor da inscrição. Mais informações pelo telefone (51) 3362-2323.

Fusão

A RCA Consultoria de Gestão, comandado pelo consultor Adilson Gomes e o escritório Pereira, Dabul Governança, Consultoria e Sucessões, dos advogados Marcos Pereira e Alessandra Dabul, acabam de anunciar uma fusão que deu origem à curitibana RCA Governança, empresa atua em todo o território brasileiro. Mais informações no site www.rcagovernanca.com.br

Roupa

Funcionários que são obrigados a usar as roupas da marca para trabalhar devem receber o vestuário de graça. O entendimento é da 2ª Turma do TST.

Usucapião

É possível adquirir uma propriedade por meio da usucapião especial com área menor do que o módulo rural estabelecido para a região. O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

Multa

Lei municipal que prevê gratificação para agente de trânsito por multa aplicada afronta o princípio da moralidade e por isso é inconstitucional. O entendimento é do TJ do Espírito Santo.

Baile

O tradicional jantar dos advogados, promovido anualmente pela OAB Paraná em comemoração ao Dia do Advogado, acontece no próximo dia 14 de agosto, no Clube Curitibano, a partir das 21h. Os convites para o evento, com preço unitário de R\$ 80,00, já estão à venda. Mais informações pelo telefone (41) 3250-5719.

29 JUL 2015

BEMPARANÁ

PMDB governista derrota ala de Requião

O juiz Erick Antonio Gomes, da 14ª Vara Cível de Curitiba, concedeu liminar ao líder do governo Beto Richa na Assembleia Legislativa, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), suspendendo decisão do Diretório Estadual do PMDB que havia proibido filiados ao partido de ocuparem cargos de confiança na administração tucana. A mesma decisão também reverteu a suspensão de Romanelli das atividades partidárias e do cargo de 2º vice-presidente do PMDB paranaense. A liminar representa mais uma derrota para o grupo do senador Roberto Requião na disputa pelo controle da legenda no Estado.

O magistrado acatou os argumentos do líder governista segundo os quais o comando regional do PMDB não lhe deu direito de defesa, tendo negado inclusive o acesso a cópia das atas das reuniões. "O artigo 15 da Lei 9096/95 estabelece que o Estatuto do Partido deve conter normas sobre fidelidade e disciplina partidárias, sempre assegurando amplo direito de defesa aos membros. Portanto, a priori, não cabia à Comissão Executiva impor normas sobre

fidelidade partidária", considerou Gomes.

Fogo amigo - Na prática, a decisão abre caminho para que os líderes da ala do PMDB que apoia o governo Beto Richa dispute a convenção que elegerá a nova direção estadual do PMDB em outubro. Segundo o secretário-geral do PMDB de Curitiba, Doático Santos, o que o grupo de Requião queria ao proibir filiados ao partido de ocuparem cargos no governo e na direção da legenda era excluir o grupo da disputa.

Em outubro do ano passado, o grupo requianista dissolveu a Executiva Estadual do PMDB, na época comandada pelo deputado federal Osmar Serraglio, e tendo o governador Orlando Pessuti como vice-presidente. No lugar, assumiu a presidência estadual do PMDB o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures. Até hoje, as duas alas brigam na Justiça pelo comando da sigla. A ala requianista também tentou expulsar Pessuti, mas decisão da Justiça suspendeu o processo. "O PMDB do Paraná está sendo dirigido por algumas pessoas que não têm um espírito muito democrático", afirma Romanelli.

PARANÁ PORTAL 29 JUL 2015



RUY BARROZORUY BARROZO

Publicado 29 de julho de 2015 às 10h47

Presidente do Supremo em CWB

O Tribunal de Justiça do Paraná aderiu ao Programa de Audiência de Custódia do Conselho Nacional de Justiça e assinará termo de convênio na sexta-feira, ocasião que será realizada Audiência de Custódia, com a presença do presidente do STF e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, e do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos. A audiência será realizada na sala 108, 1º andar do Prédio Anexo do TJPR – Rua Prefeito Rosaldo Gomes Leitão, s/n – Centro Cívico, às 15h.

Logo após a audiência, haverá entrevista coletiva com o ministro.



JANTAR/DEBATE COM JOAQUIM BARBOSA - UMA NOITE DE PRESTÍGIO E SUCESSO POLÍTICO

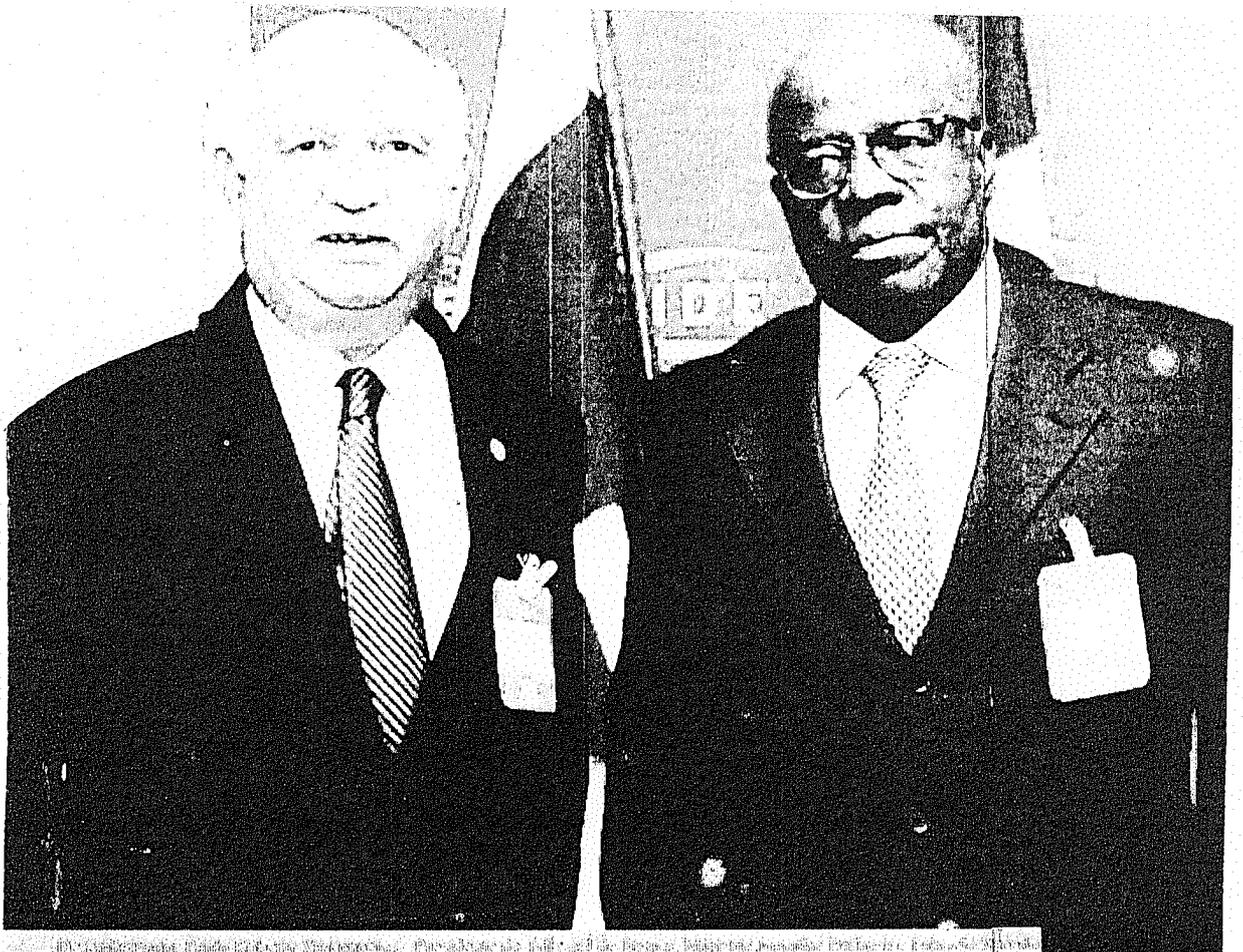
Foi um sucesso o jantar/debate com o ministro e ex-presidente do STF - Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, organizado pelo LIDE - Grupo de Líderes Empresariais do Paraná, presidido por Fabrício Macedo, realizado no Castelo do Batel.

O evento reuniu grande número de empresários, nomes da comunicação, advogados e membros do poder judiciário, tais como Leonardo Petrelli, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça, Anibal Tacla, Fabiano Braga Cortes, Andréa Flávia de Matos Ferreira, Marino Garofani, Virgílio Moreira, Cristiane Canet Mocelin, Solange Elias, Márcia Cardoso de Almeida, Andréa Omairi, Rodolfo Sandrini, José Osti, entre outros.

De São Paulo, o advogado Nelson Wilians e Senhora, ele proprietário do maior escritório de advocacia do país, Nelson Wilians & Advogados Associados, veio acompanhado de uma comitiva de empresários paulistas e clientes de seu escritório, que se juntaram aos convidados da filial curitibana, capitaneados com muita simpatia pela advogada Sandra Comodaro, sócia-diretora da NWADV.

O escritório Nelson Wilians & Advogados Associados foi um dos principais apoiadores do evento.

Créditos: Ruy Barrozo / Fotos: Studio F22



CONTINUA

29 JUL 2015

REVISTA DIFERENCE

CONTINUAÇÃO



Dr. Nelson Luiz Pereira, Presidente Ezequiel de Almeida, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Empresas de Engenharia e Arquitetura, Presidente da Associação de Engenharia e Arquitetura, Presidente da Associação de Engenharia e Arquitetura, Presidente da Associação de Engenharia e Arquitetura.



Dr. Nelson Luiz Pereira, Presidente Ezequiel de Almeida, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Empresas de Engenharia e Arquitetura, Presidente da Associação de Engenharia e Arquitetura, Presidente da Associação de Engenharia e Arquitetura.



PARANÁ PORTAL 29 JUL 2015

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 29 de julho de 2015 às 10h57

RB| Justiça

Transparência – MP/PR instaura inquéritos para acompanhar adequação de portais em 91% das prefeituras e câmaras.

O Ministério Público do Paraná já instaurou 729 inquéritos civis para acompanhar a adequação dos portais da transparência das prefeituras e câmaras legislativas ao que determina a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Os procedimentos investigatórios alcançam 91,4% dos executivos e legislativos municipais do Estado (que totalizam 798).

Eles foram abertos como parte do Projeto “Transparência nos Municípios”, cuja segunda etapa foi lançada há quatro meses

CONTINUA

pelo MP-PR com o objetivo de promover a regularização dos sites dos 399 municípios paranaenses, de forma a garantir que a população tenha efetivo acesso, no menor espaço de tempo possível, aos dados da gestão pública.

Dentre os procedimentos instaurados, 154 contêm Termos de Ajustamento de Conduta – TACs, firmados com 75 prefeituras e 79 câmaras de várias regiões do Estado.

Nesta etapa do projeto, o MP/PR está priorizando a assinatura de TACs, com o intuito ajudar os gestores públicos a solucionarem os problemas relacionados à divulgação dos dados públicos, antes de buscar a aplicação de sanções.

Para facilitar a adequação, recomenda-se o uso da plataforma tecnológica “Transparência Municípios”, desenvolvida pela CELEPAR com o apoio do MP/PR, do Tribunal de Contas e da Associação dos Municípios do Paraná, a partir de iniciativa

da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná.

A adesão à plataforma é sugerida porque proporciona a utilização de um modelo gratuito e adequado pelos entes públicos que ainda não possuem um sistema ou têm um que não está em conformidade com a legislação.

Além da economia de recursos com o desenvolvimento de sites próprios, a solução garante que a população tenha acesso às informações relativas à administração pública em curto prazo e com dados abertos, além do efetivo cumprimento da Lei de Acesso à Informação, que dispõe sobre os portais da transparência.

Empenho

Em várias situações, as adequações dos portais têm sido possíveis mesmo sem a necessidade de assinatura de termos de ajustamento de conduta, conforme destaca a

CONTINUA

promotora de Justiça Kele Cristiani Diogo Bahena, coordenadora do Núcleo Regional de Proteção ao Patrimônio Público do Norte Pioneiro, que compreende 49 prefeituras e 49 câmaras legislativas. “Tivemos casos de municípios que necessitavam de poucos ajustes para regularizar seus portais ao que determina a lei. Nessas circunstâncias, orientamos os gestores sobre os ajustes, feitos de modo a garantir o acesso aos dados pela população”, explicou.

Segundo a promotora de Justiça Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, que coordena o projeto e integra o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária, de modo geral, em todo o Estado, os membros do MP-PR com atribuição na área do patrimônio público se comprometeram com a iniciativa e estão empenhados em garantir que os portais da transparência de todos os municípios do Estado estejam adequados.

Nos casos em que os acordos não se mostram possíveis, porém, são ajuizadas ações.

Até junho, 12 ações haviam sido distribuídas contra prefeituras e câmaras municipais que se negaram a regularizar seus portais.

Para evitar que sejam alvos de ações judiciais, os entes públicos podem criar portais ou adaptar as ferramentas já utilizadas ao previsto na legislação – que exige o fornecimento de informações pormenorizadas, dentre outras, sobre a execução orçamentária e financeira dos entes públicos – ou aderir ao portal “Transparência Municípios”, desenvolvido pela CELEPAR e disponibilizado gratuitamente a todos os entes públicos interessados.

Nova etapa

A verificação e a adequação dos portais está sendo feita dentro da segunda etapa do

projeto “Transparência nos Municípios” – a primeira foi voltada ao desenvolvimento da plataforma digital para apoiar os entes públicos a regularizar seus portais.

Concluído esse trabalho, após discussão e lançamento em encontro da Rede de Gestão Pública, previsto para setembro, será lançada a terceira fase do projeto, na qual o MP-PR e os demais órgãos de controle envolvidos com a iniciativa desenvolverão propostas para auxiliar a sociedade civil organizada a acompanhar diuturnamente o funcionamento dos portais.

“Esse acompanhamento é imprescindível para que esses portais continuem a manter o nível de informação adequado”, concluiu o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, Bruno Sérgio Galati.

29 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

TRE convoca eleitores para o cadastramento

A biometria é obrigatória e vai até 28 de agosto

Até o dia 28 de agosto ocorre em Pinhais o cadastramento biométrico, realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR). O atendimento é realizado das 9h às 18h, no Fórum Eleitoral do município, sendo que estão sendo esperados aproximadamente 90 mil eleitores no município.

De acordo com o chefe de cartório, Daniel Behar Ribeiro, é importante que a população faça o agendamento, via internet, para agilizar o atendimento. "Além de facilitar o processo, o agendamento otimiza o trabalho dos atendentes e permite que o eleitor não enfrente filas", comenta.

Para agendar um ho-



São esperados aproximadamente 90 mil eleitores no município

rário, basta acessar o link: <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/agenda-biometria/agendamen->

to-de-atendimento-ao-eleitor. Para realizar o cadastramento, o município deve estar munido

do título de eleitor, comprovante de residência e um documento oficial de identidade. ■

29 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Punição de "infieis" do PMDB é derrubada na Justiça

Liminar reverteu punições aplicadas a dissidentes de Requião



A decisão do Diretório Estadual do PMDB, que proibiu os filiados ao partido de ocupar cargos de confiança no governo Beto Richa (PSDB), foi derrubada pela Justiça nesta terça-feira (28). Por meio de uma liminar, o juiz Erick Antonio Gomes, da 14ª Vara Cível de Curitiba, beneficiou o líder do Governo na Assembleia, Luiz Carlos Romanelli, revertendo ainda as punições de suspensão das atividades partidárias e do cargo de 2º vice-presidente do PMDB.

Romanelli alegava que não havia tido direito de defesa no processo movido pelo Diretório Estadual, argumentação aceita pelo magistrado para expedir a liminar. Em 2014, Romanelli integrou a ala



Divulgação

do PMDB que defendia o apoio do partido à reeleição do governador Beto Richa, derrotada na convenção que optou pela candidatura própria de Requião ao Palácio Iguaçu.

Os peemedebistas ligados a Richa recorreram à Justiça e à Executiva Nacional do partido contra a dissolução da antiga Executiva Estadual. Mas o grupo de Requião conseguiu manter a decisão na Justiça, por mais que ainda seja necessário o julgamento do caso. Na Executiva Nacional, um pedido de vista também paralisou o processo. ●

Romanelli foi um dos principais defensores da aliança do PMDB com o governador Beto Richa